

### Cresce interesse por profissionais de contabilidade no Brasil e no exterior

No levantamento do *Global Financial Employment Monitor* divulgado recentemente pela empresa norte-americana Robert Half, de recrutamento especializado, o Brasil está em segundo lugar na lista de países que apresentam dificuldades para a contratação de executivos de finanças e de contabilidade. A crescente demanda por profissionais da área contábil também é comum em outros países. A pesquisa Escassez de Talentos, realizada pela multinacional de recrutamento e seleção Manpower, sediada nos Estados Unidos, mostrou que contadores e auditores estão entre os executivos que interessam a empresas ou organizações da América, da Europa e da Ásia.



Os resultados da Manpower basearam-se em entrevistas realizadas com 43 mil empregadores em 32 países. Nos Estados Unidos e na Espanha os contadores apareceram nas listas das três profissões com maior número de vagas em aberto.

No levantamento da Robert Half, que ouviu executivos de cerca de 4.000 empresas, em oito dos 20 países pesquisados os entrevistados citaram a contabilidade como a área funcional mais difícil para contratar pessoal qualificado. No Brasil, a falta dessa mão-de-obra especializada foi apontada por 82% das companhias, o que colocou o País abaixo apenas do índice de Hong Kong (89%), enquanto a média mundial foi calculada em 56% de déficit desses profissionais.

#### A América Latina e a globalização

O livro *Latino-americanos à procura de um lugar neste século* reúne em um único volume artigos e ensaios do antropólogo Néstor García Canclini. Ali estão tratados temas atuais e importantes para a região, ao considerar o lugar da América Latina frente ao processo de globalização e como os latino-americanos enxergam a si próprios neste período de intensas mudanças (políticas, sociais e econômicas).



## Transparência e evidenciação no setor público: a nova contabilidade pública (parte II)

Lino Martins da Silva

É lamentável para o setor público que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) seja considerada quase que exclusivamente de forma reativa para atribuir responsabilidades aos administradores tendo como foco a transparência e os ciclos de curto prazo. A observação mais atenta dos seus artigos e elementos revelará novas soluções e outras iniciativas cujo objetivo é manter ações que irão alterar diretamente o ambiente interno e externo pela geração de uma pró-atividade aqui entendida como a habilidade de tomar decisões que produzam mudanças institucionais permanentes.

Essa ação pró-ativa pode ser observada na leitura do Artigo 4º da LRF, por exemplo. Ali se estabelece que a Lei de Diretrizes Orçamentárias deve conter a evolução do patrimônio líquido nos últimos três exercícios; a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos; a avaliação da situação financeira e atuarial, seja do regime geral de previdência social e do regime próprio dos servidores públicos ou dos demais fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial; o demonstrativo da estimativa e a compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado e, finalmente, o anexo de riscos fiscais, no qual serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos.

Além dessa evidência pró-ativa, a LRF também trata no seu Artigo 50 da Escrituração e da Consolidação das Contas. Estas devem, entre outros dispositivos, obedecer às normas de contabilidade pública, ao regime de competência para despesa e compromissos; à apuração complementar do resultado do fluxo financeiro; à avaliação da eficiência dos programas com a manutenção da contabilidade de custos e à consolidação das contas nacionais por esfera de governo.

Por todas essas razões, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), há algum tempo em discussão junto à comunidade contábil, estão apoiadas em diversas premissas. Elas incluem o tratamento científico aos fenômenos e transações da área pública; a aplicação integral dos Princípios Fundamentais de Contabilidade do Setor Público; a harmonização e a uniformização consensual dos princípios contábeis e das boas práticas governamentais, de forma que as demonstrações representem adequadamente a receita, a despesa, o crédito e o patrimônio público, além de propugnarem pela correta diferenciação entre o que é ciência social aplicada e o que é legislação.

Tais Normas também sinalizam para uma valorização do profissional da contabilidade e das suas representações, no plano individual e coletivo, e colocam por terra algumas falsas premissas segundo as quais os aplicativos (sistemas informatizados) correspondem à contabilidade. Esses aplicativos constituem, na realidade, ferramentas que contribuem para o aperfeiçoamento contábil, do controle e da gestão pública. Não podem, em hipótese alguma, ser confundidos com a contabilidade.

Para que o setor contábil público evolua é imprescindível delimitar a fronteira entre a transparência aludida na LRF e a evidenciação indicada como fundamento da contabilidade aplicada ao setor público. Sob este aspecto, enquanto a transparência está voltada para a responsabilidade do gestor - com punições na forma estabelecida em diversos dispositivos - a contabilidade deve estar focada na evidenciação, o que implica no seu direcionamento para ciclos mais longos. A contabilidade não deve servir como base para punições como a do referido Artigo 42 da LRF, mas sim como um elemento atenuante para todos aqueles que efetuarem o registro integral dos ativos, passivos e patrimônio líquido, a exemplo do que ocorre em outros dispositivos do Código Penal Brasileiro (CPB). É o caso da redução da pena prevista no Artigo 121 do CPB (matar alguém), que no parágrafo 1º, prevê que "se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida à injusta provocação da vítima", o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço. Ou como nos casos de estelionato (Art. 171 do CPB), em que o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços ou aplicar somente a pena de multa (parágrafo 2º do Art. 155).

Considerando o exposto neste texto é possível afirmar que novos desafios se apresentam para a contabilidade pública, entre os quais a evidenciação integral do patrimônio de acordo com regras contábeis que mensurem adequadamente todos os ativos e passivos, provisões e contingências, além da depreciação, da exaustão e da amortização. Como resultado, estaremos eliminando as tentativas de se estabelecer uma "contabilidade criativa" - caracterizada por demonstrações enganosas na área da despesa, da receita e do patrimônio - e contribuindo para o surgimento, enfim, de uma nova contabilidade pública.

### **Cresce interesse por profissionais de contabilidade no Brasil e no exterior**

Por desempenhar uma atividade essencial em qualquer empresa, desde aquelas de pequeno porte até os grandes conglomerados, o mercado de trabalho para o contador representa atualmente mais de 5 milhões de entidades. De acordo com números do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), 98% das organizações nacionais são micro ou pequenas, mas é nas maiores que a presença do profissional da área contábil está mais valorizada.

Para o diretor geral da filial brasileira da Robert Half, Ricardo Bevilacqua, o perfil do contador buscado pelos empregadores passou por várias transformações na última década: "Está muito diferente daquele que tínhamos há cinco anos. Agora não basta alguém especialista em contas: para reportar os resultados financeiros são necessários profissionais que falem outros idiomas e saibam se expressar bem no próprio idioma de origem, que tenham facilidade em lidar com as outras áreas da organização". Bevilacqua acredita que o movimento recente de abertura de capital por inúmeras empresas tornou fundamental para a categoria o bom relacionamento com os investidores, a transparência e a velocidade do trabalho.

O diretor da Manpower Augusto Costa concorda que transparência é uma das palavras-chave para explicar o aumento da demanda por contadores no Brasil e no exterior. Ele acredita que a mudança de postura no meio empresarial foi impulsionada pelos Estados Unidos: "devido à Lei Sarbanes-Oxley, a responsabilidade dos principais executivos das empresas aumentou muito e, com isso, a necessidade de mais pessoas para trabalhar na área de contabilidade".

A Lei Sarbanes-Oxley leva o nome dos seus autores - o senador Paul Sarbanes e o deputado Michael Oxley - e foi instituída em julho de 2002 depois dos escândalos financeiros corporativos que afetaram grandes companhias americanas. Também conhecida pela referência abreviada SOX, a lei prevê mecanismos de auditoria e de segurança nas empresas, inclusive regras para a criação de comitês e comissões para supervisionar atividades e operações, de modo a reduzir os riscos dos negócios, evitar a ocorrência de fraudes ou ter meios de identificar quando elas ocorrem, garantindo a transparência de gestão. Atualmente, corporações com operações financeiras no exterior seguem as regras da Sarbanes-Oxley. No Brasil, suas regras afetam dezenas de empresas com ADRs (American Depositary Receipts) negociados na Bolsa de Valores de Nova York, a NYSE.

### **Aspectos internacionais**

Multinacional especializada no recrutamento de executivos, a Michael Page administra por ano em torno de 900 contratações no Brasil, apenas na divisão Finance & Tax, na qual a formação em contabilidade geralmente é um requisito. O diretor do escritório no Rio de Janeiro, Ricardo Guedes, concorda que o aquecimento do mercado se deve à necessidade de adequação à SOX. Ele acrescenta que o cumprimento de normas internacionais é outro fator importante a considerar: "já começou a corrida por pessoal que tenha conhecimento das determinações do International Accounting Standard Board - IASB".

Em 2007, a Comissão de Valores Mobiliários publicou uma Instrução normalizando a elaboração e a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas baseadas no padrão contábil internacional. Também fixou o exercício de 2010 para a adoção obrigatória dessas normas internacionais. Guedes adverte que o incentivo à convergência do padrão brasileiro com o internacional está pautado na necessidade de comparabilidade das demonstrações financeiras das empresas que se candidatam aos recursos disponíveis no mercado financeiro global. "Uma das condições indispensáveis na concorrência para a captação de recursos externos é a divulgação de demonstrações financeiras com elevado grau de qualidade e transparência", afirma. O investidor externo tem associado esse grau de qualidade às demonstrações financeiras elaboradas com base no conjunto de pronunciamentos denominados IFRS (International

Financial Reporting Standards), emitido pelo IASB e já adotado por 107 países.

## **Tendências**

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade, o número de contadores cresce significativamente a cada ano. Atualmente, 207 mil estão registrados (em 2003 eram 152 mil). O número de técnicos em contabilidade aumentou em um ritmo bem menor, passando de 188 mil para 192 mil no mesmo período de cinco anos.

Conforme os dados disponíveis hoje, os profissionais estão se adaptando às novas tendências ao valorizar a formação em cursos superiores. Mas segundo os especialistas em recrutamento de pessoal, ainda é preciso mais do que a faculdade para ser um profissional de sucesso na área. Ricardo Bevilacqua, da Robert Half, conclui que três passos são essenciais a serem seguidos para ser um profissional bem contado no mercado: "Em primeiro lugar ter fluência em inglês é fundamental; depois é preciso estar em dia com as certificações do CRC e, por fim, é necessário investir na educação continuada sólida, em cursos de especialização. O contador não é mais exclusivo da área operacional: agora ele precisa ter uma visão precisa dos negócios".

Durante palestra nos Seminários da Controladoria em 2004 o professor Antonio de Araújo Freitas Junior, da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) já afirmava que os profissionais deveriam estar preparados para atuar em qualquer lugar do mundo. "Atualmente uma empresa brasileira deve estar pronta para atuar globalmente. O que significa esse tipo de atuação? É poder trabalhar em qualquer lugar do mundo. A Embraer, por exemplo, é uma empresa global que vende para os Estados Unidos, a China, a Europa. A Vale do Rio Doce também é uma empresa global. E ser global é poder participar de um Congresso nos Estados Unidos ou na Europa e se portar como um profissional de qualquer país, porque o padrão é global. O melhor disso tudo é que no Brasil temos uma tremenda vantagem: como as dificuldades aqui são maiores, os brasileiros que vão para o exterior acabam se dando muito bem".

### **Lista de contabilistas para ONGs disponível no site da Controladoria**

A lista atualizada com os nomes dos contabilistas (contadores e técnicos de contabilidade) habilitados pelo Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro para a função foi disponibilizada no site da Controladoria Geral do Município. Assim as organizações não governamentais (ONGs) terão mais facilidade para encontrar profissionais aptos a organizar suas prestações de contas. Esta é uma condição indispensável para que uma associação ou fundação privada se candidate a executar serviços junto à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.



A relação, que reúne cerca de 600 nomes. Segundo a resolução nº 837, assinada em junho pelo controlador geral Lino Martins da Silva, a lista será atualizada a cada três meses, com a inclusão dos profissionais que forem capacitados nas próximas turmas.

O curso que prepara os contabilistas para atuarem em ONGs é resultado de um convênio firmado em 2004 entre a Prefeitura e o CRC-RJ. Cabe à gerência de Recursos Humanos da Controladoria monitorar os trabalhos. O Conselho Regional se responsabiliza pela contratação de professores, elaboração de material didático e oferta de salas para as aulas.

A obrigatoriedade do certificado para os profissionais que prestarem contas de ONGs junto à Prefeitura consta da resolução conjunta nº 19, de maio de 2005, elaborada pela Controladoria e pelas secretarias de Administração e Assistência Social. Segundo Antonio César Cavalcanti, assessor especial da CGM, a medida diminuiu significativamente os erros antes registrados nesse tipo de prestação de contas. "A contabilidade dessas organizações ficava nas mãos de pessoas não familiarizadas com procedimentos básicos. Assim eram apresentados dados equivocados, muitas vezes não por má-fé, mas por desconhecimento mesmo", diz.

No conteúdo do curso composto por cinco aulas são detalhados três grandes temas: as modificações trazidas pelo Código Civil de 2002, as determinações da Controladoria (com ênfase nas recomendações da auditoria) e os modelos de prestação de contas com base no manual de orientações do Conselho Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro. A certificação dos alunos é condicionada à aprovação em prova e frequência em pelo menos 80% da carga horária. Para participar é preciso estar registrado no CRC-RJ.

Além deste treinamento, a resolução CGM nº 837 acrescentou uma nova exigência para as ONGs: a de que os profissionais contratados devem estar em dia com suas obrigações no órgão regulador da classe. O texto determina que "as associações e fundações privadas deverão solicitar ao contabilista a apresentação de seu Certificado de Regularidade Profissional emitido pelo CRC-RJ". Ainda de acordo com a resolução, cabe às secretarias ou órgãos examinarem se todos os requisitos estão sendo cumpridos pelas ONGs candidatas à contratação. À auditoria geral do município caberá o trabalho de fiscalização cumprimento das normas.

## ENTREVISTA

**Paulo Henrique Feijó**  
Coordenador Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional

Nesta entrevista ao *Prestando Conta\$*, o coordenador geral de contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional, Paulo Henrique Feijó, apresenta um panorama sobre



as várias mudanças articuladas pelo governo federal relativas às contas de entidades federativas. Aborda temas como o desenvolvimento das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP); a adequação a padrões internacionais; a proposta de substituição da lei de 1964 que instituiu as regras para o orçamento da União, dos estados e dos municípios; e a edição pela Secretaria do Tesouro Nacional dos novos manuais de procedimentos contábeis. Analista de finanças e controle da STN desde 1993, Feijó tem participado de iniciativas voltadas para o aperfeiçoamento da gestão das finanças públicas e de atividades de capacitação de gestores públicos em todo o País. Também é co-autor dos livros *Gestão de finanças públicas: fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal* e *Curso de SIAFI: uma abordagem prática da execução orçamentária e financeira*.

**Pre\$tando Conta\$** - Como o sr. avalia o processo de elaboração das Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público?

**Paulo Henrique Feijó** - O processo de desenvolvimento das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, tem se mostrado como um exemplo de sucesso na construção democrática das normas contábeis. A instituição do grupo assessor pelo Conselho Federal de Contabilidade, com integrantes da área acadêmica e profissionais de contabilidade que atuam no setor público, trouxe uma pluralidade de conhecimentos que mescla de forma homogênea conhecimentos teóricos e práticos. A discussão das NBCASP com os profissionais - por meio de audiência pública na internet e da realização dos cinco seminários regionais comandados pelo Conselho Federal de Contabilidade - proporcionou o entendimento, por parte da classe contábil, dos objetivos e do alcance das Normas, que ultrapassam a fronteira de simples regulação de procedimentos contábeis, pois têm como objetivo primordial resgatar a contabilidade como ciência no âmbito do setor público.

**Pre\$tando Conta\$** - Que avanços representam estas normas? Quais seriam os seus pontos de destaque no seu entendimento?

**Paulo Henrique Feijó** - Vários paradigmas estão sendo rompidos a partir da edição das NBCASP e do resgate da ciência contábil. O paradigma básico é a definição de que o objeto da contabilidade aplicada ao setor público é o patrimônio da entidade pública e não o orçamento público. Assim o setor público caminha rumo à "contabilidade patrimonial" e à aplicação integral dos princípios fundamentais de contabilidade, dos quais é viga-mestre a aplicação efetiva dos princípios da oportunidade e da competência. Neste sentido, o clássico paradigma da aplicação do "regime misto" na contabilidade pública, onde as receitas são contabilizadas sob a ótica de caixa e as despesas sob a ótica de competência, é assunto ultrapassado pois o artigo 35 da Lei 4.320/1964, que ampararia tal interpretação, trata de receitas e despesas orçamentárias, portanto do "regime orçamentário". Receitas e despesas sob a ótica contábil seguem o princípio da competência e devem ser reconhecidas quando incorridas independentemente do recebimento ou pagamento.

**Pre\$tando Conta\$** - O Brasil tem acompanhado a realidade de outros países em termos de contabilidade governamental? As normas brasileiras caminham para a convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (NICSP)?

**Paulo Henrique Feijó** - De modo geral, o Brasil tem acompanhado o movimento da contabilidade em outros países, sempre rumo à adoção dos padrões internacionais. Recentemente o Conselho Federal de Contabilidade foi convidado pelo IFAC (International Federation of Accountants) para participar de reunião com os países que integram o grupo emergente conhecido como BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), com o objetivo de conhecer como está o processo de adoção das Normas de Auditoria e Contabilidade. Por meio da Resolução 1.103/2007, o CFC instituiu o Comitê de Convergência Brasil e a área pública está ali representada pela Secretaria do Tesouro Nacional. Neste momento o grupo que coordenará a convergência da área pública às normas internacionais está finalizando o cronograma de ações e o CFC está adotando as ações administrativas no sentido de traduzir para o português do Brasil as Normas Internacionais de

## ENTREVISTA

**Paulo Henrique Feijó - Coordenador Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional**

**Pre\$tando Conta\$** - O sr. acredita que a Lei 4.320/ 1964 precise ser alterada? Caso afirmativo, em que aspectos?

**Paulo Henrique Feijó** - A Lei 4.320/1964 é uma excelente Lei e a sua longevidade prova que a sua elaboração à época teve aspectos visionários no âmbito orçamentário e contábil. No entanto, profissionais da área pública acabaram por interpretar e privilegiar aspectos orçamentários e esqueceram das questões patrimoniais, que são tratadas na Lei, mais especificamente no Título sobre a Contabilidade, que está disciplinado a partir do artigo 83. Assim, a Lei não será impeditiva para a implantação do novo modelo contábil do setor público, mas em algumas situações poderá ensejar a não adoção por completo de determinada norma internacional, principalmente relacionada aos demonstrativos contábeis. Apesar da Lei ser muito boa, não há nada tão bom que não possa ser melhorado e já se passaram mais de 40 anos de sua edição. Assim, a edição de uma nova Lei complementar de contabilidade, como está prevista pela Constituição, poderá auxiliar na adoção dos padrões internacionais no setor público.

**Pre\$tando Conta\$** - A Secretaria do Tesouro Nacional está elaborando novos manuais de procedimentos contábeis, entre os quais as atualizações dos textos sobre receita e dívida ativa. Qual a importância de cada uma dessas publicações?

**Paulo Henrique Feijó** - Os manuais técnicos elaborados pela STN tem funções disciplinadora e didática, ao estabelecer a padronização das técnicas contábeis no âmbito do setor público brasileiro com vistas à consolidação das contas nacionais. Além disso, os manuais já incorporam algumas práticas que estão presentes nas normas internacionais e aplicam os princípios fundamentais de contabilidade. Com isso, servem como fonte de referência para os contadores públicos no país.

**Pre\$tando Conta\$** - E sobre as edições que estão previstas para lançamento ainda este ano, que tratam de despesas públicas e parcerias público-privadas?

**Paulo Henrique Feijó** - Na verdade, o objetivo é que os manuais da STN passem a integrar o *Manual Técnico de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MTCASP*. Cada manual será um volume desta publicação. Alguns já foram publicados, caso do Manual das Receitas Públicas e do Manual da Dívida Ativa, que juntos passaram a compor Manual de Receita Nacional. Para 2008, o objetivo é editar os seguintes manuais que integrarão o MTCASP: o Manual do Plano de Contas Nacional, o Manual de Receita Nacional, o Manual de Despesa Nacional, o Manual dos Demonstrativos Contábeis Nacional e o Manual das Parcerias Público-Privadas. O objetivo maior é que tanto os manuais de Receita e Despesa Nacional como os demais sejam publicados até o final deste ano. Vale salientar que os manuais de Receita e Despesa já trazem no seu conteúdo a estrutura básica do Plano de Contas Nacional até o segundo nível, aprovado pelo Grupo Técnico de Procedimentos Contábeis. No final do ano esperamos que, com o apoio do Grupo Técnico, possamos publicar o Manual do Plano de Contas Nacional até o quarto nível, que muito provavelmente será a etapa de consolidação das contas nacionais.

**Pre\$tando Conta\$** - Que temas geraram maior divergência na discussão das minutas dos manuais nos estados e municípios?

**Paulo Henrique Feijó** - As discussões na área contábil, por estarem embasadas nos princípios fundamentais de contabilidade e na teoria contábil normalmente não são objeto de grandes discussões de mérito, mas em algumas situações os debates versam sobre a sua aplicabilidade e oportunidade. De modo geral, as discussões polêmicas acabam se concentrando em questões orçamentárias e fiscais.

**Pre\$tando Conta\$** - Qual tem sido seu maior desafio à frente da Secretaria do Tesouro Nacional?

**Paulo Henrique Feijó** - O maior desafio da área contábil da STN é, em articulação com as entidades que

interagem com a contabilidade aplicada ao setor público - em especial o CFC e a Atricon -, mudar a cultura contábil arraigada nos profissionais de contabilidade ao longo dos últimos 40 anos. Paralelamente é de suma importância para a consolidação das mudanças que os dirigentes públicos, em todos os níveis, entendam que a contabilidade precisa ser institucionalmente fortalecida para que opere como a principal fonte de instrumentalização do controle social e da prestação de contas à sociedade.

ESTANTE

**Uma reflexão sobre o sentido de ser latino-americano**



**Latino-americanos à procura de um lugar neste século**

Néstor García Canclini (Tradução de Sérgio Molina)

São Paulo: Iluminuras, 2008. 144 p.

Responder à pergunta sobre o que significa ser um latinoamericano parece, a princípio, tarefa fácil. A edição mais recente do livro do antropólogo argentino (há décadas radicado no México) Néstor García Canclini, porém, mostra que responder a essa indagação não é tão simples. Principalmente porque, como diz o próprio autor, "a pergunta se transforma ao mesmo tempo em que são construídas novas respostas".

*Latino-americanos à procura de um lugar neste século* reúne em um mesmo volume artigos e ensaios do pesquisador renomado no campo de comunicação e cultura. Mostra principalmente a posição da América Latina frente à globalização e como os estrangeiros e os próprios latino-americanos enxergam cada um dos seus países e o subcontinente como um todo. É a partir dessa perspectiva que ele apresenta uma análise do que significa, hoje, ser latino-americano, ao mesmo tempo em que propõe uma reflexão sobre o continente no contexto da globalização.

A pergunta que permeia o início do livro, "O que significa ser latino-americano?", indica vários rumos já no prefácio da edição brasileira escrita especialmente pelo autor no final de 2007. Canclini a transforma em outra questão, muito mais abrangente e polêmica: "Quem quer ser latino-americano?". Seu intuito com isso foi o de analisar processos mais recentes e investigar o lugar que o Brasil ocupa no contexto da América Latina. Esta questão ganha importância (e exprime algumas manifestações negativas) ao constatar o número crescente de migrações, tanto de brasileiros como de latino-americanos em geral que seguem para países europeus e para os Estados Unidos; dos exemplos de governantes que "vendem" o patrimônio nacional e de empresários que deixaram de investir na região. Apesar da retórica de que na América Latina tudo nos une, constata-se no curso da História que, na realidade, muito nos separa. Segundo Canclini, repensar agora o que significa ser latino-americano é "interpretar a persistência e as mudanças de uma história conjunta em constante negação".

A leitura do livro também permite conhecer um diagnóstico atual das perspectivas e dos obstáculos enfrentados na busca de uma união latino-americana, com a apresentação pelo autor de propostas sobre as possíveis tendências, especialmente no campo sociocultural, para que as distintas sociedades que compõem a América Latina efetivamente conquistem melhor e maior inserção na economia globalizada. Canclini entende que os países da região se globalizaram em três vertentes: como produtores culturais, como migrantes e, sobretudo, como devedores.

Ao analisar os principais temas que norteiam o livro, o autor toma parte da importância de "atentar àquilo



que na globalização não aceita o nome de mercado" e trata da imigração de latino-americanos usando como referência a globalização e o ambiente mundializado, que transformou nações, mercados e mídia. Assim, considerar a unificação é difícil, uma vez que a América Latina não se restringe mais às delimitações territoriais, estando representada por "atores" que, por motivos diferentes, estão agora em outros países.

Canclini aborda também as tentativas de organização da América Latina no último meio século, entre as quais aquelas que passaram pela autogestão nacional-regional e pela abertura modernizadora. Para ele a situação regional hoje está "entre as promessas do cosmopolitismo global e a perda de projetos nacionais". Os recursos culturais existentes em países onde as privatizações são comuns e geraram um processo de 'desindustrialização' são considerados importantes para a implantação de novos projetos que conduzam ao desenvolvimento e crescimento reais da região.

O autor faz ainda uma crítica ao nacionalismo simplista entendido como tarefa política até mesmo por alguns antropólogos - que sempre exaltaram a cultura nacional, ao considerá-la como "o grande objeto dos discursos e o observatório a partir do qual os dados se ordenavam", ao mesmo tempo em que conferiam menor grau de importância às especificidades locais e étnicas.

Para Néstor García Canclini não é apenas a cultura que pode unificar ou "salvar" os latinoamericanos. Ele acredita, antes, que "explorar o potencial conjunto de nossas práticas culturais pode nos ajudar a imaginar outro modo de nos globalizarmos. Afinal de contas, de tantas contas deficitárias, a lista de insatisfações está repleta de assuntos culturais: como lidar com a perda de identidades, como superar a desconfiança para com os líderes, o que fazer com os migrantes e os diferentes, como encontrar sentido e clareza em meio às confusões".

### **Pesquisa inédita identifica níveis de percepção de corrupção no Brasil**

Pagamento de propina, lavagem de dinheiro, sonegação de impostos, formação de quadrilha e outros atos ilícitos, cuja divulgação aumentou de modo significativo nos últimos anos e diariamente estão presentes no noticiário de meios impressos e eletrônicos, são considerados delitos muito graves pela maioria dos brasileiros. Este é o principal dado revelado pela abrangente (e mais recente) pesquisa sobre percepção de corrupção no país, encomendada pelo Centro de Referência do Interesse Público (CRIP), da Universidade Federal de Minas Gerais, ao instituto de pesquisa de opinião Vox Populi.



Criado em março de 2007 com financiamento da Fundação Ford, o Centro de Referência do Interesse Público tem como proposta renovar a discussão sobre o tema no Brasil. Para tanto, tem como proposta o desenvolvimento de atividades que incluem seminários, coleção de livros e elaboração de CDs, a criação de um site próprio e o livro *A corrupção - ensaios e críticas*, lançado no dia 5 setembro de 2008. A pesquisa (cujos dados estão acessíveis para consulta no site) e o livro, que contou com 61 colaboradores do Brasil e do exterior, são dois dos primeiros produtos do Centro. Segundo um dos seus coordenadores, professor Leonardo Avritzer, essa produção tem como objetivo principal aumentar o conhecimento das pessoas sobre

o assunto corrupção. Na pesquisa realizada este ano, a maioria dos entrevistados que declarou perceber que a corrupção aumentou (73%) e que se trata de fato muito grave (77%) foi de moradores de áreas urbanas nas regiões Norte e Sudeste do país, com níveis médio ou alto de renda e escolaridade.

Para Fernando Filgueiras, outro pesquisador do Centro de Referência do Interesse Público, um dado interessante do estudo foi o de revelar que a percepção da corrupção no Brasil não está diretamente relacionada à questão das classes sociais. Os resultados mostram que para 75% dos entrevistados o crescimento não foi da corrupção em si, mas do número de casos apurados. Esta percepção foi constatada tanto entre moradores da região Nordeste com baixos níveis de escolaridade e renda, como entre pessoas com nível de escolaridade superior, com renda superior a dez salários mínimos e moradores da região Sudeste. Segundo o professor Filgueiras, "tanto os mais pobres quanto os mais ricos percebem que a corrupção no Brasil aumentou devido a um maior trabalho das instituições de controle, em especial a Polícia Federal". Ele completa: "independentemente da questão regional ou da classe social, esse aumento na percepção ocorre porque a corrupção não é mais 'varrida para debaixo do tapete'".

Perguntados sobre o ato que consideravam como mais corrupto, os entrevistados citaram a extorsão de cidadãos praticada por policiais. Em relação às instituições, as câmaras de vereadores foram consideradas mais corruptas que o Senado Federal. Isto significa que a corrupção é percebida de modo inequívoco quando está mais próxima do cidadão. Para o professor Leonardo Avritzer isto denota uma fraca delimitação da idéia de interesse público: "É preciso corrigir atos e comportamentos no campo privado para corrigir também atos e comportamentos no setor público".

Fernando Filgueiras considera que o papel dos agentes fiscalizadores tem sido central no combate à corrupção e que estes tiveram um avanço considerável depois da Constituição de 1988. O professor também entende que os Tribunais de Contas avançaram no seu desempenho, cujas ouvidorias estão mais atuantes, assim como outros sistemas fiscalizadores do Executivo. Ele também destaca a atuação do Judiciário como outro setor que tem mostrado disposição para agir nesse combate. Mesmo com todo esse progresso, a sensação de impunidade ainda permeia a opinião pública: "Avançamos muito no que se refere ao controle da corrupção, mas a questão da responsabilidade ainda é falha. Precisamos mudar a legislação e o entendimento dos tribunais em torno dessa questão e avançar na questão da responsabilização civil e criminal para impedir a sensação de impunidade que existe hoje no Brasil", defende.

### **Pesquisa inédita identifica níveis de percepção de corrupção no Brasil**

A população, por sua vez, tem uma função importante no combate à corrupção ao agir como agente fiscalizador e usar o recurso das ações populares (que permite ao cidadão comum denunciar atos de natureza ilícita). O inciso LXIII, artigo 5º da Constituição de 1988, garante que "qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe". Para Fernando Filgueiras, a ação popular é um expediente que reforça a noção de cidadania, essencial no combate à corrupção. Ele acrescenta que o papel de cada indivíduo só será bem exercido quando a idéia de responsabilidade for concreta para a sociedade brasileira.

Estudos realizados no exterior indicam que o envolvimento ativo do cidadão para conter práticas desonestas é uma preocupação mundial. Em 2005, por exemplo, o escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes (UNODC, na sigla em inglês) lançou uma campanha anual de luta contra a corrupção intitulada *Corrupção: você pode detê-la*. Segundo a agência internacional, o objetivo foi aumentar a conscientização pública sobre as diferentes formas e tipos de alcance da corrupção.

No caso do Brasil, aprofundar a discussão sobre a corrupção e fornecer aos brasileiros elementos para apontar possíveis correções nos atos e na cultura do país está entre os destaques da pesquisa inédita do Centro de Referência do Interesse Público. Nesse sentido, o livro *A corrupção - ensaios e crítica* deve oferecer ao leitor subsídios para refletir sobre o problema. De acordo com um dos seus organizadores, Newton Bignotto, o livro aborda a questão da corrupção a partir de vários ângulos, ao pretender "contribuir

para uma visão ao mesmo tempo ampla e plural de um fenômeno que por sua complexidade não pode ser corretamente compreendido apenas por meio do estudo de um aspecto, por mais relevante que seja no contexto brasileiro".

Para esta pesquisa sobre percepção de corrupção o instituto de opinião Vox Populi ouviu 2.421 pessoas em todo o território nacional entre os dias 10 e 16 de maio de 2008. Os resultados completos serão discutidos em um seminário promovido pela UFMG, que acontecerá em novembro em Belo Horizonte.



	%	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
Câmara dos vereadores	8,36	8,42	8,17	8,45	8,59	7,92
Câmara dos Deputados	8,34	8,42	8,01	8,46	8,61	8,00
Prefeitura	8,07	8,18	8,02	7,99	8,27	7,54
As pessoas mais ricas	8,02	8,01	7,92	8,15	8,20	7,63
Senado Federal	8,02	8,26	7,72	8,23	8,26	7,63
Governo do Estado	7,56	7,74	7,39	7,94	7,73	7,13
Os empresários	7,53	7,99	7,30	7,73	7,77	6,92
Presidência da República	7,43	7,15	7,04	7,47	7,75	7,31
Polícia Militar	7,42	7,78	6,94	7,48	7,84	6,84
Polícia Civil	7,37	7,59	6,71	7,36	7,91	6,83
O Poder Judiciário	7,36	7,52	7,16	7,34	7,70	6,66
Clubes de Futebol	7,15	7,06	6,47	7,42	7,74	6,60
Os homens	6,88	7,19	6,58	6,89	7,08	6,67
O povo brasileiro em geral	6,67	6,68	6,42	6,81	6,98	6,18
Igrejas Evangélicas	6,67	5,96	6,12	6,85	7,26	6,07
Polícia Federal	6,64	5,97	6,57	6,65	6,97	6,11
A classe média	6,59	6,77	6,26	6,59	6,84	6,39
A mídia (jornais, revistas, TVs)	6,33	6,23	5,97	6,25	6,74	5,82
Movimentos Sociais	6,32	6,22	5,78	6,44	6,74	6,03
ONGs	5,84	5,66	5,43	6,04	6,28	5,28
Associação de Bairro	5,65	5,33	5,63	5,66	5,91	5,13
Igreja Católica	5,67	5,25	5,16	5,43	6,11	4,87
As pessoas mais jovens	5,2	5,51	5,23	5,29	5,78	4,75
As mulheres	5,15	5,04	5,01	4,80	5,55	4,41
As pessoas mais velhas	4,85	4,60	4,48	4,64	5,31	4,33
As pessoas mais pobres	4,80	4,86	4,33	4,66	5,24	4,28
<b>MÉDIA DAS MÉDIAS</b>	<b>6,80</b>	<b>6,83</b>	<b>6,51</b>	<b>6,84</b>	<b>7,14</b>	<b>6,33</b>

Escala: 0 (Nenhuma corrupção) – 10 (Muita corrupção)

#### Expediente:

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

**Prefeito:** Cesar Maia

Controladoria Geral do Município

**Controlador Geral:** Lino Martins da Silva

**Sub-controlador:** Vinícius Viana

Assessoria de Comunicação

**Assessora:** Sonia Virgínia Moreira

Pre\$tando Conta\$

**Edição:** Sonia Virgínia Moreira

**Pauta:** Graça Louzada

**Redação:** Flavia Astorga e Karen Candido

**Versão Digital:** Eduardo Derbli

**Ilustração:** Zope

**Versão Online:** Renato Gomes